

Nesta edição

- Perspectivas para 2010 Pág.01
- Brasil deve evitar tentações protecionistas Pág.06
- China e Estados Unidos saem como responsáveis pelo fracasso de Copenhagen Pág.07
- Pequim sinaliza início de medidas restritivas para conter possíveis bolhas e inflação Pág.09
- Série de artigos da Dragonomics sobre poupança na China: Políticas drive Chinese saving Pág.10
- Pricewaterhouse Coopers aborda novas regras para empresas estrangeiras na China Pág.11

Curtas

- Embraer assina acordo de financiamento e leasing para ampliar presença na China Pág.13
- Veículos da JAC Motors chegam ao Brasil no final de 2010 Pág.13
- Aprovada maior aquisição chinesa no setor de mineração da Austrália Pág.13
- China aprova lançamento de índices futuros de ações e aprofunda reformas do sistema financeiro Pág.14

Veja demais curtas

Leia mais

Carta da China 44

Editorial

Perspectivas 2010

O ano de 2010 exige cautela! Dessa vez, ao contrário do editorial publicado na Carta da China de janeiro de 2009, quando fomos incisivos ao desaprovar pessimismo em relação ao crescimento da China, recomendamos reduzir as estimativas exageradamente otimistas, uma vez que acreditamos que o governo chinês não tem interesse em acelerar demasiadamente sua economia e recolocá-la no patamar de crescimento acima de 10% – como ocorrido entre os anos de 2002 e 2007.

O que isso significa? Ora, que, por um lado, Pequim utilizará todos os mecanismos e instrumentos disponíveis para continuar a incentivar a economia, uma vez que as exportações dependerão da melhora da demanda mundial para deixar de contribuir negativamente para o crescimento do PIB chinês, mas que, por outro, estará também disposto a frear o ritmo de aceleração para evitar riscos de superaquecimento, descontrole do índice inflacionário, formação de bolhas e outros males que o crescimento demasiadamente acelerado pode causar. É praticamente unânime entre os especialistas em China que um ritmo de expansão do PIB próximo ou acima de 10% em 2010, além de indesejável por parte do governo chinês, é extremamente arriscado e potencialmente insustentável. Dessa forma, mantemos a estimativa otimista de incremento do PIB de cerca de 9% no ano corrente e a

Leia mais

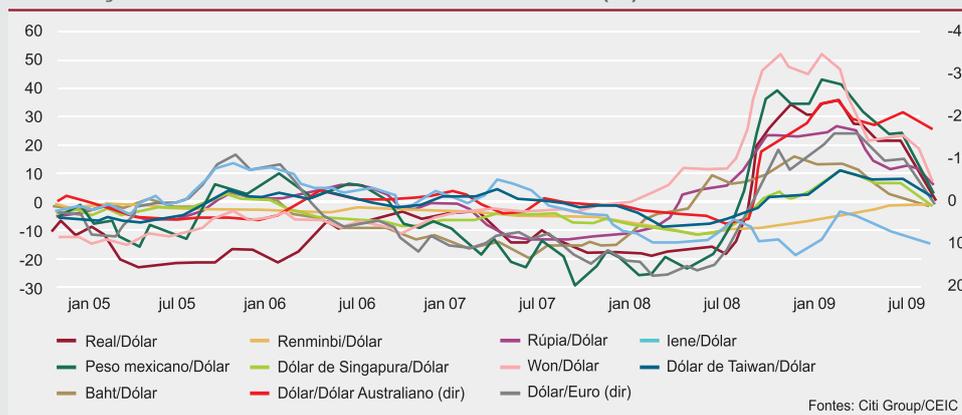
Carta da China 52

expectativa de que a China se tornará a segunda maior economia mundial, ultrapassando o Japão¹.

Se no início de 2009 muitos analistas não acreditavam que a economia chinesa seria capaz de suportar os fortes impactos da crise internacional e registraria crescimento muito inferior ao apresentado nos anos anteriores, em 2010 muitos apontam para expansão do PIB superior a 10% e já iniciam debate acerca da sustentabilidade da política de incentivo ao crédito e de manutenção da taxa cambial. Alguns relatórios chegam a prever que a China enfrentará grave crise econômica ainda esse ano em razão do alto índice de endividamento adicionado em 2009, em especial, o incremento do volume de créditos não recuperáveis. No entanto, acreditamos que o desafio a ser enfrentado pelo governo da China será exatamente encontrar o equilíbrio ideal para manter a economia em ritmo acelerado e, ao mesmo tempo, evitar superdosagem. É interessante notar certa semelhança entre esse dilema e o enfrentado em meados de 2007, antes da crise, quando a China precisou aplicar medidas para frear a economia frente ao risco de superaquecimento e ao cenário de alta inflação.

O câmbio, em especial, apresenta duplo desafio ao governo chinês, uma vez que não somente pode gerar distorções em sua própria economia, como também vai criar ainda mais tensões com seus parceiros comerciais, sobretudo, Estados Unidos e União Européia. A apreciação de moedas de países em desenvolvimento desde março de 2009 em relação ao dólar norte-americano tornou o renminbi uma das moedas mais fracas entre estas economias e acentuou pressão para seu fortalecimento. Entre os argumentos utilizados por Pequim para defender manutenção do câmbio, destacam-se o fraco desempenho do setor exportador, que é responsável por significativa parcela de empregos no país – ainda que vendas externas tenham apresentado sinais de recuperação no terceiro trimestre de 2009 – e também deflação do IPC ao longo de 2009, uma vez que apreciação do renminbi exacerbaria redução de preços.

Valorização do renminbi vs dólar americano - Var. (%) anual



As instituições mais respeitadas que analisam China divergem quanto à possibilidade e ao ritmo de valorização cambial frente ao dólar e, até mesmo, estão corrigindo as estimativas publicadas nos últimos dois meses. A consultoria *Dragonomics* previa manutenção da taxa cambial até o final de 2010, no entanto, em razão de reavaliação da estimativa de inflação para o ano, passou a não descartar a valorização da moeda ainda no segundo trimestre. Da mesma forma, o *Citigroup* acredita que existe grande probabilidade de apreciação do renminbi no início do ano e que esta deverá ser de aproximadamente 4% até o final de 2010. Já o banco *Morgan Stanley* acredita em manutenção da taxa até o final do primeiro semestre e que deverá ocorrer suave e gradual valorização ao longo do restante do ano.

¹ O resultado do PIB do Japão para o ano de 2009 ainda não foi divulgado, mas utilizando como base a projeção de decréscimo de 5,4%, o mesmo ainda seria superior ao PIB chinês. Caso a contração da economia japonesa seja ainda maior, a China poderá ter assumido a posição de segunda maior economia já em 2009.

Nossa expectativa é de manutenção da política cambial até meados de 2010 e, caso as exportações surpreendam e venham a registrar recuperação satisfatória no primeiro semestre, é provável que haja valorização lenta e gradual. Porém, enfrentamos o seguinte dilema em relação a essa análise: apesar de não acreditarmos em recuperação acelerada das exportações chinesas, uma vez que a demanda mundial não irá se recuperar rapidamente, vislumbramos a possibilidade de alta inflacionária, que poderá pressionar Pequim a valorizar a moeda, uma vez que aprendeu no passado que medidas como congelamento de preços, além de não serem eficazes, trazem graves riscos para a economia. Dessa forma, índice de preços e exportações serão o foco central das previsões sobre o câmbio.

A política monetária deverá sofrer alteração no ano, mas não da forma radical como alguns acreditam. A divulgação dos dados de crescimento dos dois últimos trimestres de 2009 (9,1% e 10,7%, respectivamente) e alto volume de empréstimos já concedidos em janeiro de 2010, fizeram com que o governo chinês adotasse medidas que já impactam na circulação de moeda e crédito. No entanto, descartamos a probabilidade de severo arrocho monetário em 2010.

No âmbito das relações internacionais, acreditamos que a China continuará a dar sinais de que está se tornando uma potência que participa ativamente do debate e das soluções para problemas de ordem mundial. No entanto, também não temos dúvida de que as ações de Pequim continuarão a ser ambíguas sempre que interesses econômicos estiverem em jogo. De qualquer forma, as demais potências continuarão a exigir da China maior compromisso e atuação. Descartamos, porém, que Pequim aceite a criação, ainda que informal, do sugerido G2, preferindo manter seu discurso de identificação como nação em desenvolvimento.

Para os Estados Unidos, a importância do diálogo constante e de alto nível com a China continuará a ser uma das prioridades do governo de Barack Obama. Apesar da visita de Obama à China no final de 2009 ter sido marcada por tom menos crítico e reforçado discurso de parceria e de diálogo conjunto, o processo de recuperação das exportações do país asiático e insistência chinesa em manter política cambial imutável, levarão o governo de Obama a aumentar pressão pela valorização do renminbi. Da mesma forma, setores da economia norte-americana exigirão ações mais eficazes e solicitarão adoção de medidas protecionistas contra a China. Após aplicação de inúmeras sobretaxas sobre produtos chineses em 2009, os Estados Unidos iniciaram 2010 seguindo o mesmo caminho e impuseram tarifas que variam entre 43% e 289% sobre importações de mais de US\$ 300 milhões em produtos siderúrgicos da China e alíquotas entre 10% e 16% sobre importações de US\$ 2,74 bilhões em tubos para aplicações petrolíferas, entre outros produtos siderúrgicos, produzidos pelo país asiático. A União Européia, grande afetada pela crise, também deverá manter política, assumida em 2009, de recorrer com frequência a mecanismos de defesa comercial. Os chineses, por sua vez, optaram por retribuir na mesma moeda e já em janeiro aplicaram tarifa provisória sobre determinados produtos de aço russos e norte-americanos, sob alegação de prática ilegal de comércio. Dessa forma, apesar dos apelos de líderes mundiais em foros internacionais por menos barreiras ao comércio o ano promete ser marcado por forte protecionismo de todos os lados.

Outro desafio em 2010, este de cunho político, será administrar problemas relacionados ao meio ambiente, tanto no âmbito interno quanto externo. Apesar de inúmeros discursos do presidente Hu Jintao ressaltando o engajamento chinês para combater degradação ambiental em 2007 e 2008, com a explosão da crise e o lançamento do Pacote de Estímulos, Pequim precisou relaxar restrições ambientais a fim de assegurar crescimento econômico. Em setembro durante reunião de cúpula prévia à Conferência de Copenhague para mudanças climáticas das Nações Unidas, Hu prometeu reduzir consideravelmente emissão de gás

[Leia mais](#)

[Carta da China 52](#)

[Leia mais](#)

[Carta da China 51](#)

[Leia mais](#)

[Carta da China 52](#)

carbônico proporcional ao produto interno bruto (PIB) do país. Além da redução da quantidade de energia utilizada na indústria também foi ressaltada a adição de fontes renováveis à geração de energia e expansão do programa de reflorestamento no país. Tais promessas elevaram expectativas quanto ao sucesso da COP-15 em dezembro, reunião que buscava estabelecer metas de redução de emissão de gases pelos países mais poluidores do mundo e pretendia substituir o Protocolo de Kyoto. Contudo, houve enorme frustração quanto ao resultado do encontro, que produziu apenas um documento evasivo sem caráter vinculante; e a China saiu como uma das maiores culpadas pelo fracasso da reunião.

Assim, Pequim tem pela frente dois grandes desafios relacionados ao meio ambiente. O primeiro é interno: recuperar recursos naturais esgotados e preservar os escassos a fim não somente de proteger a fauna e flora chinesa, mas também de garantir a renda de milhões de cidadãos que vivem da agricultura de pequeno porte. O segundo é externo: suportar pressão internacional por redução ainda maior de emissão de gases poluentes, em especial, após a COP-15 que não foi positiva para a imagem chinesa no cenário internacional.

Apesar de possíveis tensões comerciais e outras relacionadas ao meio ambiente com Estados Unidos e União Europeia, com demais países a China deverá estreitar parcerias e se tornar cada vez mais importante para estas economias. Em janeiro de 2010, entrou em vigor o Acordo de Livre Comércio entre os dez países da ASEAN e a China. Com quase US\$ 4,5 trilhões em volume de comércio, esta será a terceira maior Área de Livre Comércio do mundo em termos de valor. De acordo com o Acordo estabelecido, a tarifa média sobre produtos dos países da ASEAN para a China foi reduzida de 9,8% para 0,1% e o contrário (tarifa dos seis membros originais da ASEAN para produtos chineses) caiu de 12,8% para 0,6%. Até 2015 os novos membros, Vietnã, Laos, Camboja e Mianmar, também deverão adotar política de tarifa zero para os 90% de produtos chineses. Ainda no continente asiático, outro país que tem promovido aproximação cada vez maior com a China é o Japão. Um dos últimos exemplos foram trocas de visitas entre membros de alto nível de ambos os países, incluindo a ida de Xi Jinping – tido como provável sucessor de Hu Jintao – a Tóquio em novembro e dezembro de 2009.

As perspectivas para relacionamento com Oceania e África também são positivas, sobretudo em razão de aumento acelerado da presença chinesa em ambos os continentes, com expressiva expansão de investimentos e trocas comerciais. Com a América Latina, as previsões variam de acordo com o país. Com o Peru, por exemplo, Acordo de Livre Comércio previsto para entrar em vigor em 2010 deverá incrementar consideravelmente o intercâmbio comercial entre a China e o país andino, bem como intensificar o fluxo de investimentos. Somente no primeiro ano, está previsto adicional de US\$ 800 milhões no comércio que em 2008 atingiu US\$ 7,5 bilhões.

Relacionamento Brasil-China

Com a perspectiva positiva para a economia brasileira, não há dúvidas de que o comércio bilateral voltará a crescer acentuadamente, após ligeira redução ocorrida em 2009 – de 0,9%. No entanto, acreditamos que o foco para 2010 será investimentos. Nos últimos três meses importantes negociações de aquisições chinesas no Brasil foram anunciadas, em especial, a negociação de compra de ações da empresa mineradora MMX pelo Grupo Wisco e a incorporação da Sul Americana de Metais, controlada pela Votorantin Novos Negócios, por um grupo chinês que controla a Honbridge Holdings. Confiamos que o volume de investimentos de empresas chinesas no Brasil está entrando em uma trajetória de crescimento acentuado, focado em setores estratégicos, como mineração, petróleo e infraestrutura, mas também voltado para aproveitar o mercado

[Leia mais](#)

[Carta da China 47](#)

[Leia mais](#)

[Carta da China 52](#)

consumidor brasileiro. Esse cenário é bastante benéfico para as relações sino-brasileiras e deverá causar impacto significativo na aproximação política entre os dois países. Como bem alertou o economista Ilan Goldfajn, durante a 3ª Conferência Internacional do Conselho Empresarial Brasil-China realizada em junho de 2009, somente a intensificação de investimentos mútuos permitirá maior diversificação da pauta comercial sino-brasileira.

Quanto ao comércio, as exportações brasileiras continuarão crescendo significativamente e, sem dúvida, apresentarão ritmo ainda superior ao registrado em 2009, principalmente em razão do aumento do preço das *commodities* no mercado internacional. O volume de importações brasileiras da China, que é concentrado em bens de capital e matéria prima para indústria, voltará a crescer, acompanhando a recuperação da produção industrial brasileira estimada para esse ano. Em 2009, em razão dos fortes impactos da crise internacional no setor industrial brasileiro, máquinas e equipamentos registraram queda de cerca de 16%, enquanto as compras totais decresceram 20,6%. Dessa forma, é muito provável que o saldo comercial sofra significativa mudança, lembrando que o Brasil registrou superávit recorde de US\$ 4,3 bilhões. Ainda é muito cedo para estimar qualquer resultado numérico, uma vez que fatores como precificação de minério de ferro, soja e demais *commodities*, assim como ritmo de recuperação da indústria brasileira, precisarão ser acompanhados para, então, ser possível estimar se voltaremos a registrar déficit ou se simplesmente teremos redução significativa do superávit com o país asiático.

No âmbito político, é aguardada a visita do importante vice-primeiro-ministro da China, Wang Qishan – responsável pela pasta econômica e financeira do país – que teve sua missão adiada em 2009 por dificuldades de conciliação de agendas dos governos. Wang vem ao Brasil para presidir a reunião plenária da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN), que deveria ter sido realizada em 2008. A comissão oficial do governo chinês não deverá, no entanto, ter a mesma relevância da que havia sido programada para visitar o Brasil em novembro de 2009. O governo chinês afirmou que a delegação organizada na época era mais importante do que a enviada a Washington poucas semanas antes. Apesar da importância do representante chinês, que foi designado para presidir o relevante mecanismo de diálogo econômico e estratégico com os Estados Unidos, não há grandes expectativas quanto aos resultados práticos da reunião. As subcomissões criadas para tratar de questões específicas da relação bilateral – inclusive abertura de mercados e remoção de barreiras comerciais – e que deveriam se reunir periodicamente no intervalo de tempo entre as plenárias bienais, pouco ou nunca se reuniram.

Dessa forma, sem uma agenda previamente negociada, a COSBAN provavelmente servirá como mais um encontro amistoso de caráter simbólico entre os países. A única exceção poderá ser a exigência chinesa da regulamentação do status de economia de mercado concedido pelo Brasil, mas nunca implementado de fato. Não acreditamos em sua implementação ainda nesse ano, mas o Brasil deverá sinalizar que pretende avançar nessa questão. Há, ainda, rumores de que Hu Jintao viria ao Brasil, retribuindo a visita realizada em maio do ano passado pelo presidente Lula. Todavia, 2010 é um ano marcado pela disputa presidencial que deverá inviabilizar a agenda do presidente do Brasil.

Por fim, a feira mundial “World Expo Shanghai 2010”, que será realizada entre maio e outubro, contará com um pavilhão brasileiro e terá como ápice para o Brasil o dia do país na China, em 3 de junho. A Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos, coordenadora do projeto, espera a presença do presidente Lula e está organizando uma agenda de eventos setoriais e regionais.

No âmbito multilateral, por sua vez, ambos os países devem continuar a agir

conjuntamente para reforçar a importância dos países em desenvolvimento no processo decisório internacional e tentar avançar a agenda de reformas das instituições de governança global. No entanto, essa atuação conjunta não deverá compreender determinados temas controversos, como a reforma do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas. Da mesma forma, apesar de seus interesses comuns no G20 Comercial, Brasil e China têm demandas e objetivos específicos diferentes nas negociações da Rodada de Doha da Organização Mundial do Comércio.

Mais uma vez, esse editorial termina com uma visão positiva quanto ao avanço da economia chinesa, mas reforça a necessidade de moderação no otimismo quanto às perspectivas de manutenção das altíssimas taxas de crescimento registradas no período pré-crise. Igualmente, temos expectativas positivas para o incremento das relações econômico-comerciais sino-brasileiras, principalmente em razão da expansão do fluxo de investimentos, porém acreditamos que ainda há muito a ser feito para que as relações bilaterais alcancem seu real potencial. ■

Comércio bilateral

Brasil deve evitar tentações protecionistas

O rápido ritmo de recuperação da economia chinesa e, especialmente, dos números recentes de seu comércio exterior têm convidado tanto admiração quanto receios e críticas. Manutenção de câmbio artificialmente desvalorizado, adoção de política monetária expansiva e realização de investimentos em infraestrutura e produção, que têm como objetivo mitigar o impacto da crise sobre os setores exportadores e o mercado de trabalho – e consequentemente sobre a estabilidade social –, têm, segundo especialistas, acentuado desequilíbrios no comércio internacional e no prejuízo a certos setores produtivos de outros países.

[Leia mais](#)

[Carta da China 52](#)

[Leia mais](#)

[Carta da China 49](#)

[Leia mais](#)

[Carta da China 50](#)

Esta é uma situação que, apesar de não ser nova, tem se agravado com a crise. Sem sucesso na tentativa de pressionar a China a valorizar o renminbi, alguns destes países têm recorrido cada vez mais à adoção de medidas protecionistas contra o país asiático. No Brasil – cujo câmbio valorizou aproximadamente 25% contra o dólar, e, portanto, contra o renminbi, em 2009 – pneus, calçados e têxteis são apenas alguns dos setores nos quais foram adotadas tarifas *antidumping* contra produtos chineses desde 2008. A expectativa dos analistas é de que em 2010 – sendo improváveis a valorização expressiva do renminbi ou a desvalorização do Real – esta tendência ganhe *momentum* e a China seja ainda mais afetada por ações de defesa comercial. Isto, no entanto, seria um equívoco por três motivos.

Em primeiro lugar, tarifas *antidumping* não resolvem problemas de competitividade enfrentados pela indústria nacional no mercado doméstico e em terceiros mercados: tais medidas tendem a apenas desviar importação para outras fontes e afetar negativamente o consumidor. A título de exemplo, vemos que queda de aproximadamente 16% na importação brasileira de calçados chineses registrada em 2009, resultado, em parte, da imposição de tarifas *antidumping* sobre tais produtos a partir de setembro, foi quase imediatamente compensada por crescimento na importação de origens como Vietnã, Tailândia, Hong Kong, Índia e Malásia, segundo dados do MDIC e da ABICALÇADOS. Isto contribuiu ainda para aumento de quase 30% no preço médio das importações do setor, em função do encarecimento do produto chinês sujeito a sobretaxas e, principalmente, de preços médios mais elevados dos calçados advindos dos demais países (à exceção de Hong Kong).

Importações de calçados do Brasil por origem

| País de Origem | 2009 | | 2008 | | Variação (%) |
|----------------|----------|----------|----------|----------|--------------|
| | US\$ MIL | part (%) | US\$ MIL | part (%) | |
| CHINA | 183.561 | 62 | 218.716 | 71 | -16,1 |
| VIETNÃ | 64.472 | 22 | 47.099 | 15 | 36,9 |
| INDONÉSIA | 25.817 | 9 | 15.460 | 5 | 67 |
| ITÁLIA | 8.242 | 3 | 8.567 | 3 | -3,8 |
| HONG KONG | 2.288 | 1 | 731 | <1 | 213 |
| ÍNDIA | 1.664 | 1 | 539 | <1 | 208,7 |
| TAILÂNDIA | 1.528 | 1 | 3.920 | 1 | -61 |
| MALÁSIA | 1.284 | <1 | 82 | <1 | 1.465,9 |

Fonte: MDIC e ABICALÇADOS

Em segundo lugar, além de ineficientes, tais medidas podem se provar contraproducentes à medida que incentivem retaliação comercial ou dificultem cooperação em demais áreas de interesse brasileiro. Em terceiro lugar, e talvez mais importante, importações brasileiras de bens de consumo final chineses – como calçados, brinquedos e têxteis – decresceram 5% em 2009 e responderam por menos de 10% das importações advindas do país asiático, concentradas principalmente em máquinas e insumos para a indústria (aproximadamente 70%). Isto significa que a China não causará processo de desindustrialização no Brasil: fatores que deprimem preços das exportações chinesas não apenas acirram a competição com produtores brasileiros no mercado nacional e internacional, como também oferecem à indústria brasileira bens de capital e insumos a preços reduzidos, lhes conferindo maior competitividade.

Para o Brasil, a chave para lidar com a China não está em ceder a tentações protecionistas ou embarcar na campanha – infrutífera – pela valorização do renminbi, mas em aproveitar a complementaridade das duas economias, explorando mais ativamente oportunidades no mercado chinês. ■

Meio ambiente

China e Estados Unidos saem como responsáveis pelo fracasso de Copenhague

Após dois anos de negociações e impasses, terminou, em 19 de dezembro, a reunião que deveria apresentar acordo sobre mudanças climáticas das Nações Unidas e estabelecer novas diretrizes para conter o aquecimento global. Todavia, o resultado de dias de debates e discordâncias foi documento extremamente vago e sem poder de lei no cenário internacional, postergando estabelecimento do substituto do Protocolo de Kyoto para a conferência a ser realizada no México, no final de 2010. Apesar da possibilidade de adiamento já ter sido mencionada anteriormente pelos principais negociadores, posicionamento rígido de China e Estados Unidos em determinadas questões levou demais países a apontarem ambos como responsáveis pelo fracasso de Copenhague. É importante ressaltar, contudo, que apesar de não ter sido a única a apresentar postura pouco flexível na reunião e mesmo com enorme interesse na contenção das suas emissões de poluentes, a China foi empecilho ao acréscimo de detalhes no veredicto da Conferência, devido, sobretudo, aos imperativos domésticos que dificultam posição mais flexível. A forma como a China vai responder ao aumento da pressão na próxima fase de negociações, que inevitavelmente envolverá estabelecimento das diretrizes ausentes em Copenhague, será importante teste para habilidade de negociação do governo chinês frente à crescente importância do país no cenário internacional.

Durante os cinco dias de conferência, o recorrente impasse estabelecido entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento permaneceu no centro do debate, por vezes complicado por divergências dentro dos próprios grupos. Como ator central do grupo de países em desenvolvimento, a China advogava por responsabilidades diferenciadas no acordo climático, ressaltando que os países desenvolvidos deveriam se comprometer com cortes maiores de suas emissões e oferecer apoio financeiro e tecnológico para países que ainda estão em processo de desenvolvimento. Por outro lado, os desenvolvidos exigiam maior comprometimento do país asiático, requisitavam que a China aceitasse metas

Leia mais

Carta da China 52

vinculantes e se submetesse a um mecanismo internacional que verificaria se tais metas estariam sendo cumpridas.

Após os embates atingirem seu ápice e Copenhague quase terminar sem um documento final, a reunião informal realizada por Estados Unidos, China, Brasil, Índia e África do Sul deu origem a um vago acordo político. Respeitando princípio da responsabilidade comum mas diferenciada, grande parte dos países, não só os desenvolvidos, se comprometeu a apresentar metas de corte ou redução das emissões para 2020 até fevereiro de 2010. Foi também criado fundo de US\$ 100 bilhões de ajuda financeira aos países em desenvolvimento, transferência de tecnologia e foi feita referência a mecanismo de verificação das metas a serem submetidas. Todavia, apesar da presença da maioria dos pontos essenciais, havendo concessões dos dois lados, o acordo não menciona detalhes de como esses seriam colocados em prática. Tal ausência acabou sendo em grande parte creditada à postura intransigente da China, que foi apontada como uma das principais responsáveis pelo fracasso de Copenhague. No entanto, mesmo que o país asiático tenha impedido que alguns pontos da decisão final tivessem sido detalhados, é importante ressaltar que o governo chinês flexibilizou em parte seu posicionamento e que o mesmo não pode ser considerado o único responsável pelo caráter vago do acordo.

Primeiramente, é importante lembrar que o primeiro-ministro Wen Jiabao concordou que o relatório final mencionasse existência de verificação das metas. Apesar da ausência de detalhes de como tal verificação será realizada ou por quem, referência à existência da mesma já é mais do que a China chegou a Copenhague disposta a ceder. Ademais, Pequim não pode ser o único responsabilizado pela ausência de diretrizes explícitas no acordo. Existiu clara divergência de posições e outros países também não estavam dispostos a abrir mão de suas exigências. O caso dos Estados Unidos chama atenção nesse sentido. A delegação norte-americana não estava apta a fazer grandes concessões, nem mesmo a se comprometer com metas, uma vez que o governo precisa de aprovação da legislação climática pelo Senado. As fricções ficaram ainda mais claras pelo acordo não ter sido formalmente aceito em Copenhague, uma vez que não houve consenso. Os países tiveram que optar por notar a existência do acordo, tornando assim opcional sua assinatura e possibilitando a existência do documento.

O que também parece ter sido esquecido é que a China tem interesses na diminuição da emissão de poluentes. A própria população é prejudicada e protesta contra alto nível de poluição do ar, trazendo instabilidade indesejada ao governo chinês. Desde que assumiu o poder em 2003, o presidente Hu Jintao passou a priorizar o desenvolvimento sustentável da economia, assumindo metas internas para melhorar eficiência energética do país. Pequim sabe que crescente emissão de poluentes é insustentável no longo prazo e por isso se comprometeu com a redução de 20% das emissões de gás carbônico por cada unidade do produto interno bruto (PIB) no período de 2005-2010 e recentemente anunciou a redução 40-45% na emissão de gás carbônico por unidade do PIB entre 2005-2020. Para atingir tais metas, o país tem apresentado diversas medidas, com destaque para o fechamento de indústrias ineficientes nos setores intensivos em energia e aumento dos investimentos em energia renovável.

No entanto, se é interesse da China reduzir suas emissões de poluentes, porque o país resiste em se comprometer no cenário internacional? A resposta está nas prioridades internas do país. Primeiramente, deve ser considerado o que o governo prioriza. Manutenção de crescimento econômico é de extrema relevância para o desenvolvimento do país – que ainda possui áreas subdesenvolvidas e milhões de pessoas vivendo em condições de pobreza – e fundamental para estabilidade social, necessária para sustentação do partido comunista no poder. Ademais, apesar da China apresentar rápida recuperação da crise financeira mundial, esta ainda assola exportações do país, importante motor do crescimento econômico chinês. Dentro de tal contexto é mais difícil, pelo menos no curto prazo, que o país renuncie a parte significativa de sua indústria poluidora, responsável por parte da geração de emprego e de capacidade econômica.

Outro constrangimento interno a ser considerado é que o sistema político chinês, com muito pouco espaço para contestação de decisões centrais, apresenta dificuldades para lidar com inspeções estrangeiras. O Partido Comunista precisa estar no domínio do funcionamento do país para conservar estabilidade necessária à manutenção do regime. Tal imagem de controle pode ser prejudicada se a China, ao ser submetida a inspeções e cobranças da comunidade internacional, tiver seus números oficiais contestados. De acordo com os dados oficiais, o governo chinês está no caminho certo para atingir suas

Leia mais

Carta da China 51

metas, com redução de 12,5% da intensidade energética entre 2005-2008. Contudo, tais dados foram questionados por estudo publicado pela consultoria *Dragonomics*, que contesta números oficiais de redução da intensidade energética apresentados pelo governo chinês. Segundo cálculos da consultoria, a China não teria conseguido reduzir a quantidade de energia utilizada por unidade do PIB em 2008 - contrariando a redução de 5,2% apresentada pelo governo chinês -, impossibilitando assim o cumprimento da meta de redução de 20% da intensidade energética entre 2005-2010. A mesma contestação sendo feita por um mecanismo internacional de verificação pode provocar uma indesejada crise de credibilidade do governo chinês. O problema também teria consequências no cenário internacional, onde muitos países já criticam as metas chinesas, que, mesmo se cumpridas a rigor, ainda dobrariam as emissões de poluentes da China até 2020.

O que se pode perceber ao final da conferência é a rápida mudança da imagem chinesa em relação à preservação do meio ambiente no cenário internacional. Se o pronunciamento do presidente Hu Jintao na reunião de cúpula para mudanças climáticas das Nações Unidas em outubro havia colocado o país como membro responsável e engajado com as questões ambientais no cenário internacional, a postura da China em Copenhague apresenta o país como grande empecilho para concretização do necessário acordo sobre mudanças climáticas. A rápida modificação de cenário evidenciou a dificuldade dos líderes chineses de se adaptarem a ambientes em constante transformação. Tal postura precisa ser revista se a China pretende desempenhar um papel mais promissor no cenário internacional. Se uma mudança de posicionamento não for implementada pelo governo chinês, a pressão sobre o mesmo deve aumentar ao longo do ano, quando os países se reunirão novamente para tentar estabelecer as diretrizes do novo tratado de mudanças climáticas das Nações Unidas. ■

Macroeconomia

Pequim sinaliza início de medidas restritivas para conter possíveis bolhas e inflação

Com aumento de taxas de juros no mercado interbancário e ampliação do compulsório bancário, o Banco do Povo da China (PBoC, na sigla em inglês) surpreendeu o mercado e sinalizou, em janeiro de 2009, preocupação com excesso de liquidez na economia e com continuidade do mesmo ritmo de concessão de empréstimos, a fim de evitar pressão inflacionária e bolhas nos mercados imobiliário e acionário. Após ampliar taxas de juros de títulos do governo de três meses e um ano em 4 pontos-base e 8 pontos-base, respectivamente, o PBoC anunciou elevação da taxa de reserva compulsória dos bancos em 0,5 ponto percentual, para 15,5%, primeiro aumento desde junho de 2008.

As medidas foram anunciadas pouco após relatórios indicarem que, apenas na primeira semana de janeiro, bancos comerciais emprestaram cerca de US\$ 88 bilhões ao mercado – aproximadamente um quarto dos US\$ 380 bilhões previstos para todo o primeiro trimestre, segundo nota do Bank of China. O crescimento de 10,7% do PIB do país no último trimestre de 2009, somado ao aumento acima do esperado do Índice de Preços ao Consumidor (CPI, na sigla em inglês), de 0,6% em novembro e 1,9% em dezembro de 2009, após meses em território negativo, e ao crescimento de 7,8% nos preços de imóveis em dezembro, maior aumento em 18 meses, foram também fortes indicativos de que provisão de liquidez excessiva pode pressionar índices inflacionários, gerar bolhas especulativas e levar a trajetória de crescimento não sustentável. Temor de influxo de capital estrangeiro em busca de maiores retornos e preocupação com manutenção do crescimento econômico acelerado, no entanto, indicam que práticas restritivas devem ser adotadas de maneira muito gradual ao longo do semestre, privilegiando medidas administrativas junto aos bancos à escalada da taxa de juros. A Comissão Regulatória Bancária da China (CBRC, na sigla em inglês) já começou a pressionar alguns bancos para suspender temporariamente novos empréstimos, bem como informou que poderá restabelecer sistema de quotas.

As medidas adotadas pelo governo chinês ainda não significam mudança radical da política macroeconômica em 2010, no entanto, sinalizam que Pequim pretende agir de forma eficaz para que o crescimento do PIB do país mantenha o ritmo desejado, algo entre 8 e 9% no ano. O crescimento muito acima dessa margem pode, além de causar impactos sérios na economia do país, retirar a confiança dos investidores estrangeiros em razão de sua insustentabilidade. ■

Dragonomics

Research & Advisory

O artigo "*Policies drive Chinese saving*" é um dos quatro textos publicados na edição da *China Economic Quarterly* que debate as causas da alta taxa de poupança da economia chinesa. Na Carta da China nº 52, publicamos outro texto da mesma série, apresentando perspectiva diferente sobre a questão.

Saving debate – II

Policies drive Chinese saving

by Louis Kuijs¹

There is now a sizeable body of research on the drivers of the increase in China's saving since the late 1990s. There is still disagreement about some key findings, in part because of data issues. The flow of funds data used in most research is the most comprehensive data on the generation and usage of income. However, methodological changes and partial revisions have made recent trends suggested by the headline flow of funds data difficult to line up with other data and our understanding of economic developments. In my view, it is best not to rely solely on the flow of funds data but also to take into account other data and key features of China's economic development. In any case, even in the new flow of funds data, households contributed less than one-fifth of the increase in China's domestic saving in 1999-2007.

Capital intensive growth = higher saving

Much of the increase in national saving since the late 1990s is an outcome of China's capital-intensive, industry-led growth pattern. This pattern boosted productivity in industry. With surplus labor in agriculture still sizeable, wages lagged behind productivity, especially at the lower end of the wage distribution, even as skilled workers saw wages rise more rapidly. As a result, enterprise profits and saving increased as a share of total income, and the share of the wage bill and household income has declined. Household income has been further constrained by financial sector policies, notably caps on deposit rates.

Since 1999, both households and the government have increased the share of their income that they save. One reason for the higher household saving rate is that high income households have benefited disproportionately from economic growth – because more of their income is linked to productivity growth and enterprise profitability. Since the average saving ratio in the highest decile of the income distribution is ten times as large as that in the lowest decile, the particularly rapid income growth of high income people has increased the overall household saving rate.

According to the new flow of funds data, the household saving rate (as a share of disposable income) rose a spectacular 10 percentage points (pp) in 2002-07, to 38%. The household survey data suggests a much smaller increase. At the same time, the share of household income in GDP has continued its gradual decline. According to the new flow of funds data, household saving as a share of GDP declined in 1997-2001 and then picked up in subsequent years. The household survey data, by contrast, suggests a broadly unchanged ratio of household saving over GDP since 2001. Notwithstanding these differences, even in the new flow of funds data households contributed only 2.4 pp out of a total 14.8 pp increase in the domestic saving rate relative to GDP in 1999-2007.

As for government, its revenues have grown sharply because so much of them derive from taxes on corporate and especially industrial activity. Thanks to China's traditionally conservative fiscal policy, government expenditure lagged revenues. In particular, government consumption expenditure lagged, because Beijing has traditionally set aside a sizeable share of revenues for financing investment. (Government saving is the difference between revenues and current expenditure.) Despite substantial rises in government social welfare spending since 2005, government saving increased in recent years.

The saving rate won't come down much by itself

Analysis of the increased household saving rate needs to take into account that saving is

¹ Louis Kuijs is senior economist in the Beijing office of the World Bank.

quite concentrated among higher income households – and increasingly so as income inequality has risen. According to the household survey, in 2007 the highest two income deciles accounted for 48% of household saving, compared to 3% by the lowest two deciles. This means that factors specific to high income earners play a relatively large role, compared to factors affecting the whole income distribution such as demographics. As Calla Wiemer suggests, the decline in the dependency ratio since 1999 probably contributed to the rise in China's saving rate. But empirical analysis suggests this factor cannot explain more than a 2 pp rise in the overall saving rate. Similarly, the absence of a comprehensive social safety net has likely encouraged precautionary saving. Yet given the small contribution to overall saving by lower income households, this factor is unlikely to have been dominant at the macro level. Moreover, this factor cannot explain an increase in the household saving rate, because, if anything, the social safety net has improved in the last 10 years.

The recent saving behavior of enterprises and government suggested by the new flow of funds data is hard to square with other data sources. The flow of funds indicates that, after a rapid rise until 2004, enterprise profits slowed down sharply and enterprise saving virtually plateaued as a share of GDP. Yet the industrial survey suggests that the share of industrial profits in industrial value-added steadily rose from a trough of 7.5% in 1998 to 23.7% in 2008, supporting a steady rise in the share of industrial profits in GDP from 1.7% in 1998 to 10.2% in 2008. Data on profits of listed companies also indicates continued rapid profit growth through 2008.

On the government side, the flow of funds data suggests that government saving jumped from 6.3% of GDP in 2005 to 10.8% in 2007. This increase does not line up with normal fiscal data. Moreover, a close examination shows that, especially in 2006 and 2007, much of the apparent increase in government and household saving is not matched by an accompanying accumulation of financial assets. The opposite is true for the enterprise sector. Thus, the asset data in the flow of funds imply that enterprise saving is higher, and government and household saving lower, than indicated in the headline flow of funds.

Looking ahead, China's overall saving rate is unlikely to decline much in the coming decade in the absence of substantial policy action. While a higher dependency ratio may reduce household saving somewhat, China's high saving rate is largely an outcome of the pattern of economic development and associated policies. Given the momentum of this pattern, significant policy reforms are needed to adjust it. The package of required reforms is extensive and includes: increased social welfare spending; financial sector deepening and interest rate reform; expanding the state-owned enterprise dividend policy reform; promoting a shift from industry to services (by removing subsidies for inputs into industry and barriers to service sector development, as well as strengthening the renminbi exchange rate); land reform; and reform of the fiscal system, to give municipalities the means and incentives to provide public services to migrant workers. ■

© Dragonomics Research & Advisory. Esta análise foi preparada a partir de fontes de dados que nós acreditamos serem confiáveis, mas nós não fazemos nenhuma representação de sua precisão ou integridade. Esta análise é publicada apenas para a informação dos clientes da Dragonomics Research & Advisory e não é uma oferta de venda ou compra, nem uma solicitação de oferta para a oferta de compra ou venda de um derivativo. Esta análise não deve ser interpretada como a provisão de investimentos para nenhum estado, país, ou jurisdição nas quais esses serviços sejam ilegais. As opiniões e estimativas expressadas nessa análise constituem nosso julgamento dos dados que nos foram apresentados e são sujeitos à mudança sem notificação prévia.

Reprodução autorizada de artigo do Dragonomics Research & Advisory (www.dragonomics.net) publicado em 07.12.2009. O conteúdo não reflete necessariamente a posição do CEBC nem de seus associados.



Upcoming New Taxation Rules for China Representative Offices of Foreign Companies

The State Administration of Taxation ("SAT") has been preparing a new policy for tax collection and administration of representative offices ("ROs") of foreign companies. It is expected that the new policies will be effective on a retroactive basis from January 1, 2010.

Background

Foreign companies have historically been able to obtain licenses in China to engage in certain limited activities as an extension of the foreign head office, including such non-direct business activities as liaising, coordinating, promoting, market research, etc. Since there is no capital commitment, and since the set-up and ongoing compliance requirements are rather simple, ROs have been widely used by foreign companies to establish an initial presence in China, even though an RO presence in China is a taxable presence rather than a non-taxable based either on an actual profit basis, or on a deemed profit basis if no complete accounting records are maintained. The deemed profit rate has been 10%. The applicable taxes include the corporate income tax ("CIT") and the business tax ("BT"), which is an indirect tax.

Salient Points of Draft Policy

In view of the level of RO activity and practice in China over the last decade, Chinese tax officials believe that ROs are regularly carrying on substantive income-generating activities in China, even though they do not directly receive proceeds or issue invoices in China (i.e., that the historical use of the actual profit bases or the deemed profit basis may no longer be an adequate means to determine the appropriate tax liability of ROs).

Accordingly the SAT has decided to issue a new draft policy to change the long-established tax rules for ROs. Under the new draft policy:

- An RO would likely be regarded as an "Establishment and Place" of a foreign company under China's CIT Law (or as a Permanent Establishment as per Tax Treaties) and should report its China-source revenue/profits on an actual basis (or attributable profits basis as per Tax Treaties), commensurate with its functions and risks. The RO should also maintain a full set of accounting records and have audited financial statements.
- If an RO is unable to provide accounting records or determine the actual income/profits, the Chinese tax authorities will invoke one of two deemed profit methods. These methods are the "cost plus" method and the "actual revenue deemed profit" method. The deemed profit rate will be raised from 10% to 15%.
- The RO may apply for CIT exemption by invoking eligibility for Tax Treaty protection, namely by virtue of "auxiliary and preparatory activities performed on behalf of its foreign head office". Therefore, similar to ROs in most other jurisdictions, it may be possible for the first time to have a non-taxable RO in China. However, Tax Treaty protection will not exempt the RO from exposure to the BT.

Our Observations

- The new policy represents a fundamental change to the long-established tax rules for ROs, so it may take time for Chinese tax bureaus and ROs to adjust to the new rules. For tax-paying ROs, it may initially be uncertain whether or not their current tax filing basis should be revised to an actual basis or to a higher deemed profit rate (e.g., 15%, or a higher rate) once the new policy is released.
- The new policy requires an RO to report China-source revenue/profits on an actual basis commensurate with its functions and risks. This is a transfer pricing concept. In practice, it may not be easy for foreign companies to determine the income and profits attributable to their ROs in China. Likewise, it may be difficult for the local-level tax bureaus to verify those amounts. Furthermore, if ROs are required by the Chinese tax authorities to pay taxes on an actual basis, it is not certain whether the State Administration of Industry and Commerce (SAIC) would interpret the ROs activities as income-generating and beyond the allowable business license scope of ROs in China. If the SAIC followed such an interpretation it could raise legal challenges.
- Foreign companies with ROs in China may need to revisit their current license status and tax filing basis and get ready for potential changes under the new policy, including:

I – If an RO is performing auxiliary and preparatory activities, the foreign company may assess the opportunity of applying for CIT exemption under Tax Treaties;

II – If an RO is carrying on income-generating activities, the foreign company may wish to consider:

- a. Performing a transfer pricing study for the functions and risks of ROs to justify an argument for no-change of for using the profit rate used in the tax filing; and
- b. Establishing a legal entity to host such income-generating activities and thereby mitigate the regulatory exposures in China.

Para maiores informações sobre o conteúdo deste artigo, contatar Michela Chin, Sócia (partner) do China Desk e Gustavo Carmona, ITS Tax Manager, da PricewaterhouseCoopers nos respectivos endereços eletrônicos: michela.chin@br.pwc.com e gustavo.carmona@br.pwc.com

Curtas

Aviação

Embraer assina acordo de financiamento e *leasing* para ampliar presença na China

A Embraer e o China Development Bank Leasing Corporation Ltd. (CLC, na sigla em inglês) anunciaram, em dezembro de 2009, assinatura de Memorando de Entendimento para financiamento e *leasing* de aeronaves pela instituição chinesa. O acordo, que pode alcançar até US\$ 2,2 bilhões ao longo dos próximos três anos, tem por objetivo ampliar oportunidades de aquisição de aeronaves da Embraer no mercado chinês e no exterior – a CLC poderá tanto financiar a compra de jatos da empresa brasileira por companhias aéreas quanto adquirir diretamente aeronaves para futuras operações de *leasing*. A estimativa de crescimento do mercado de aviação chinês é extremamente positiva - a Embraer acredita que companhias aéreas chinesas deverão adquirir cerca de 730 novas aeronaves ao longo das próximas duas décadas a fim de modernizar a frota do país.

[Leia mais](#)

[Carta da China 40](#)

Automotivo

Veículos da JAC Motors chegam ao Brasil no final de 2010

A Jianghuai Automobile Co. (JAC Motors) e o Grupo SHC, do empresário brasileiro Sergio Habib, anunciaram contrato de dez anos para venda de veículos da montadora chinesa no Brasil, em dezembro de 2009. A SHC importará, inicialmente, quatro modelos da JAC, que começarão a ser vendidos ao final de 2010 em cerca de 50 concessionárias brasileiras. Segundo a empresa o investimento será de US\$ 100 milhões, excluindo montante investido na rede de revendedoras. A parceria objetiva conquistar participação de 1% no mercado doméstico ainda no primeiro ano de operações.

A presença de empresas automobilísticas chinesas no mercado brasileiro mostra-se crescente. A JAC Motors irá juntar-se à Hafei Motor, Jinbei Automobile, Chana Motors e Effa Motors (Changhe), montadoras do país asiático já presentes no país. Em julho de 2009, a montadora independente Chery também iniciou venda de automóveis no Brasil em parceria com o grupo JLJ, acordo concretizado durante visita do presidente Lula à China. A instalação de fábrica da Chery no país está prevista para 2011.

[Leia mais](#)

[Carta da China 48](#)

[Carta da China 47](#)

Investimentos

Aprovada maior aquisição chinesa no setor de mineração da Austrália

Após cinco meses de revisão pelas autoridades australianas, foi aprovada aquisição da mineradora australiana Felix Resources pela chinesa Yanzhou Coal Mining, em janeiro de 2010. A Yanzhou irá adquirir 100% das ações listadas da mineradora por aproximadamente US\$ 3 bilhões, naquela que será a maior aquisição de uma mineradora australiana por empresa chinesa e uma das dez maiores fusões e aquisições da Austrália no último ano.

[Leia mais](#)

[Carta da China 48](#)

[Carta da China 50](#)

[Leia mais](#)

[Carta da China 47](#)

Conforme havíamos antecipado, a aprovação da compra indica que as tensões do relacionamento sino-australiano, envolvendo o fracassado aumento de participação da Chinalco na Rio Tinto e subsequente investigação de funcionários da mineradora australiana por roubo de segredos industriais na China, não devem impedir futuros negócios entre os países. Ao longo de 2009 empresas chinesas realizaram diversos e significativos investimentos nos setores de mineração e energia australianos, como compra de participação na Fortescue pela chinesa Hunan Valin e aquisição de parte da Aquilla Resources pela chinesa Baosteel, fazendo da China uma das principais fontes de capital para empresas australianas.

Sistema financeiro

China aprova lançamento de índices futuros de ações e aprofunda reformas do sistema financeiro

Em mais uma importante medida de reforma do sistema financeiro chinês, o Conselho de Estado e a Comissão Reguladora de Ativos da China (CSRC, na sigla em inglês) aprovaram, em janeiro de 2010, o lançamento de um índice futuro de ações, assim como um programa teste de empréstimos de depósito de margem para operações de futuros (*margin trading*) e vendas a descoberto. O índice futuro de ações, que deve demorar ainda três meses para ser lançado, será negociado no mercado eletrônico China Financial Futures Exchange, criado em 2006 em Xangai. Os novos instrumentos darão maior sofisticação ao mercado financeiro chinês, permitindo aos investidores lucrarem mesmo com a queda do valor de ações e protegerem-se da volatilidade das bolsas chinesas – o Índice da Bolsa de Xangai dobrou de valor em 2007, recuou 65% em 2008 e tornou a subir 80% em 2009.

Ao longo de 2009 outras medidas de liberalização do sistema financeiro foram anunciadas, como aprovação do estabelecimento de fundos de *private equity* denominados em renminbi e aumento do limite de investimento permitido a Investidores Institucionais Estrangeiros Qualificados (QFII, na sigla em inglês). Reformas do sistema financeiro são essenciais à criação de mercado de capitais maduro e que permita alocação da poupança agregada chinesa de maneira mais eficiente, privilegiando investimentos de maior produtividade por pequenas e médias empresas – tradicionalmente marginalizadas do sistema financeiro chinês em detrimento das grandes estatais.

[Leia mais](#)

[Carta da China 50](#)

Relações bilaterais

Troca de visitas políticas indica aproximação entre China e Japão

Líderes japoneses e chineses realizaram diversas visitas mútuas em novembro e dezembro de 2009, ressaltando aproximação entre os países após vitória do Partido Democrático do Japão (DPJ, na sigla em inglês) nas eleições gerais de setembro de 2009. O Ministro da Defesa da China, Liang Guanglie, foi a Tóquio em novembro encontrar-se com sua contraparte japonesa, Toshimi Kitazawa, para anunciar a realização de exercícios conjuntos pelas Forças Armadas de ambos os países. Semanas depois, o ex-secretário geral do DPJ, Ichiro Ozawa, liderou uma delegação de 640 japoneses, incluindo 143 parlamentares do DPJ, em visita à China, tendo sido recebido pelo presidente Hu Jintao. O principal sinal de mudança na relação sino-japonesa, entretanto, veio em meados de dezembro, quando o vice-presidente chinês e possível sucessor de Hu Jintao, Xi Jinping, visitou o Japão. A insistência pelo primeiro-ministro japonês Yukio Hatoyama para que o imperador Akihito recebesse o vice-presidente chinês com apenas alguns dias de aviso prévio – quebrando o protocolo de que a presença do imperador seja requisitada com um mês de antecedência – e a retórica amigável utilizada por Xi foram recebidos como fortes sinais de que a relação bilateral encontra-se em momento francamente positivo.

[Leia mais](#)

[Carta da China 51](#)

As relações sino-japonesas têm apresentado significativa melhora desde o fim do mandato do primeiro-ministro japonês Junichiro Koizumi, em 2006, cuja insistência em visitar o santuário Yasukuni (dedicado aos soldados mortos) irritava profundamente os chineses. A vitória do DPJ, partido de centro-esquerda, após mais de cinco décadas de domínio da vida política japonesa pelo Partido Democrático Liberal (LDP, na sigla em inglês), pode significar um novo marco nas relações entre China e Japão. Embora disputas territoriais importantes permaneçam latentes, como a demarcação de um campo de gás natural no Mar da China Oriental, Hatoyama já deixou claro que pretende diminuir a dependência japonesa em relação aos Estados Unidos e aproximar-se dos vizinhos regionais – abrindo assim a possibilidade de maior cooperação entre as duas principais potências do leste asiático.

[Leia mais](#)

[Carta da China 8](#)



Carta da China

A Carta da China é publicada mensalmente pela secretaria executiva do Conselho Empresarial Brasil-China. Os artigos publicados não necessariamente refletem a opinião do CEBC nem de seus associados. A escolha de artigos analíticos, de matérias comentadas e de resumos de notícias é de responsabilidade da secretaria executiva do CEBC.

A Carta da China é distribuída a associados do Conselho Empresarial Brasil-China e a destinatários recomendados por associados.

Editores

Rodrigo Tavares Maciel
Vivian Alt
Lara Azevedo
Thiago Scot
Dani Nedal

Atendimento ao leitor

cebc@cebc.org.br

Edições anteriores

Disponíveis para download em www.cebc.org.br

Projeto gráfico

Presto Design